

De uma mãe de família para o Pai da Nação

Vargas foi o destinatário de inúmeras cartas de mulheres pobres que reivindicavam seus direitos

Ana Paula Vosne Martins

1/12/2013

Quantas cartas você já escreveu ao presidente da República? Se é um cidadão comum, não muito envolvido com o cotidiano da política ou dos partidos, nunca deve ter pensado em escrever a quem ocupa o cargo mais importante do país.

Tomar a decisão de escrever uma carta deste tipo envolve motivação e certa organização para escrever. Afinal, como se dirigir à autoridade política máxima, quais pronomes usar, como expor o assunto? E há algo mais: é preciso acreditar que a comunicação com o destinatário poderoso vai mesmo se estabelecer, e que a carta será não apenas lida, mas respondida ou atendida.

Todas essas dúvidas e dificuldades não impedem que milhares de brasileiros tentem a sorte de se comunicar com o presidente, como comprovou recentemente o livro *Cartas ao presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais*, de Amélia Cohn. Seja por causa de alguma política social específica, seja pelo contexto histórico, seja pela moral e os costumes da época, ou mesmo pelo carisma pessoal do governante, o fato é que alguns presidentes recebem mais cartas do que outros. E, antes de Lula, Getúlio Vargas (1882-1954) foi um fenômeno neste quesito.

Desde o golpe político-militar de 1930 que levou Vargas ao poder, dando início a um governo que duraria 15 anos, a propaganda disseminada nos jornais, pelo rádio e por meio das políticas públicas começou a construir uma imagem popular do presidente e de seu governo. Essa nova imagem deveria contrastar com o passado recente da então “República Velha”, ressaltando que daquele momento em diante não haveria mais distância entre os cidadãos e o governo, entre os trabalhadores e o presidente. De maneira muito diferente dos homens que antes ocuparam a Presidência da República - caracterizados nas cartas como “distantes e insensíveis” - Vargas era apresentado como alguém disposto a se comunicar com os trabalhadores; um presidente sensível às dificuldades do povo brasileiro; um pai amoroso e dedicado, que só poderia querer o melhor para seus filhos.

O trabalho constante da propaganda política, somado à maneira direta como Getúlio Vargas se dirigia aos “trabalhadores do Brasil” em seus discursos, estimulou milhares de pessoas comuns a buscar estabelecer um canal de comunicação com o presidente. Cartas sobre os mais diferentes assuntos foram encaminhadas ao Palácio do Catete, sede do governo no Rio de Janeiro.

Os remetentes expunham dificuldades pessoais de toda ordem, procuravam reparar alguma injustiça ou demandavam um direito. Um número expressivo de cartas escritas por pais e mães foi enviado ao presidente a partir de 1938. No ano anterior iniciara-se o governo ditatorial de Getúlio Vargas, conhecido como Estado Novo. Uma nova Constituição acompanhou o nascimento do regime, e nela ganha importância o âmbito da vida familiar. “A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção de seus encargos”, assegura o artigo 124, complementado pelo 127: “Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e a proteção do Estado para a subsistência e a educação da sua prole”. A intervenção do Estado brasileiro na família vinha sendo elaborada desde o começo do governo Vargas, em grande parte pela influência de intelectuais católicos, como o ministro da Educação, Gustavo Capanema (1900-1985). Mas somente a partir do Estado Novo é que a família se torna alvo de uma política de

governo.

Como a propaganda política vinha anunciando aos quatro ventos que o governo iria proteger as famílias pobres com muitos filhos, concedendo-lhes um abono pecuniário (o abono familiar), pais e mães tomaram a decisão de se dirigir diretamente ao presidente por meio de cartas. Procuravam convencê-lo de que eram merecedores da proteção especial do Estado porque estavam defendendo suas famílias e seus filhos. Eram, portanto, pais e mães responsáveis, que viviam de acordo com o que a moral e o governo esperavam deles.

Não são somente relatos de pobreza ou de miséria. Há um notável esforço daquelas pessoas em se comunicar com o presidente, demonstrando deferência, respeito e mesmo subalternidade, e expressando sua compreensão de cidadania e de justiça social. Além das cartas, alguns anexavam fotografias ou documentos, como os registros de nascimento dos filhos, para ressaltar sua condição de pais e mães de família e como prova da veracidade das informações.

Destacam-se as cartas escritas por mulheres. Não era esperado, pela moral da época, que uma mulher se manifestasse publicamente em defesa de sua família e de seus filhos. Esta era atribuição do marido, do pai, do chefe da família. Tomar a palavra para se dirigir ao presidente exigia que aquelas mulheres pobres rompessem barreiras sociais e culturais devido à distância entre as classes, à hierarquia e à própria dificuldade no domínio da palavra escrita.

Também a narrativa das cartas femininas é diferente. As mães são mais suplicantes e usam com mais frequência metáforas paternas e religiosas para se dirigir ao presidente. Há expressões que se repetem em várias cartas. Vargas tem “coração bondoso”, é “generoso”, “caridoso”, “justiceiro”, “patriótico” e seu espírito é “corajoso”. Não se trata de mais um homem a exercer o poder: qualidades morais o aproximam das pessoas comuns, o que lhe permitiria compreender suas histórias e acolher suas súplicas.

Conscientes da imensa distância que as separava daquele homem poderoso, as mulheres expressam subalternidade e extrema deferência na maioria das cartas, como também o faziam alguns homens. Elas se apresentam como “paupérrimas servas”, “filhas”, “criadas”, que pedem “auxílio”, “socorro”, “esmola”, “indulgência”. Algumas se despedem nas cartas “beijando as mãos” deste “segundo pai”. Esta mesma fórmula está presente em cartas masculinas, mas somente entre aqueles que enfrentam situação desesperadora. As mulheres recorriam mais frequentemente a qualificativos deste tipo porque culturalmente se esperava que demonstrassem, corporalmente e pela linguagem, humildade, honestidade e sujeição - virtudes que as habilitavam a receber do poder o que pediam sem transgredir as normas de conduta.

Outro elemento comum nas cartas escritas por mulheres é como elas se apresentam ao presidente Vargas. Todas são mães preocupadas com o futuro e a sobrevivência de seus filhos. Seus maridos recebem tratamento distinto, às vezes associados a críticas e reclamações. A maternidade é a justificativa moral das cartas. Geralmente são mães de numerosas proles, variando de cinco até 15 filhos. E esta é também uma estratégia narrativa, pois não se trata apenas de solicitar um direito previsto na nova legislação social, mas um direito moral - revestido das tonalidades do discurso oficial da propaganda política.

Tomar a decisão de contar ao presidente suas histórias de pobreza, violência, abandono e fome, na maioria das vezes incluindo a morte de filhos, certamente não foi uma tarefa fácil, pois eram mulheres pobres e sem muita familiaridade com a escrita. Recorreram ao que sabiam fazer: colocar-se numa posição de humildade e respeito ao se dirigirem ao poder, saber como pedir, ou seja, contar uma história, mesmo que breve, na qual justificassem sua demanda por ajuda.

Mas estas cartas são mais do que meros documentos da passividade e da subserviência, ou efeitos da dominação ideológica do Estado Novo. Seria melhor pensá-las como instrumentos que revelam a habilidade e o talento de pessoas comuns e de quem não se esperava que falassem por

si mesmas, afinal, eram mulheres. As narrativas revelam a habilidade de transformar o vivido em uma história que deve necessariamente comover o poder em favor dos interesses das pessoas comuns. Ao mesmo tempo em que expressam reconhecimento e alinhamento com o paternalismo do Estado, essas mulheres se apropriam da ideologia em favor de si e dos seus, e se esforçam em adequar-se ao modelo de casamento e de família defendido pelo regime e pela moral da época. Pobres, certamente, mas não resignadas.

Ana Paula Vosne Martins é professora da Universidade Federal do Paraná e autora de *Dos pais pobres ao Pai dos Pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo* (Diálogos, vol. 12, 2008).

“Confio no elevado préstimo do coração de V. Excia.”

Rio Pomba, 21 de agosto de 1940.

Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas. D.D. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil

Com os meus mais atenciosos e respeitosos cumprimentos e apresentando votos pela prosperidade de V. Excia., tomo a liberdade de dirigir-vos nesse momento angustioso que se nos apresenta. Sim, senti coragem, porque o nome de V. Excia. é lembrado e proferido sempre e por todos com uma palavra de carinho e de bênção.

Portanto, senhor presidente, confio no elevado préstimo do coração de V. Excia. e peço uma proteção, um amparo, uma caridade para minha pobre família ou então ao menos para os meus inocentes filhinhos que tanto têm sofrido nesse mundo!

Tive dez filhos, porém o destino quis que eu ficasse com esses seis como prova o presente cartão, mesmo assim com todo o sacrifício, ia criando-os confiada nos cem mil reis que meu marido honestamente ganhava como sacristão. Pois bem, agora por uma simples questão de gênio da parte do padre, foi expulso assim da Igreja sem mais nem menos, ficando obrigado a sofrer muitas necessidades. Um empregado de seis anos e oito meses completos, cumpridor de seus deveres sempre honestamente passar por essa decepção. Que horror! E ainda com os filhos quase todos doentes, se fossem sãos...

Que destino é o meu!

Senhor Presidente, decerto compartilhareis da minha dor!

Esperando que V. Excia. não negareis dispensar uma proteção ao menos para os meus pobres e inocentes filhinhos, antecipadamente apresento a V. Excia. o meu respeitoso agradecimento, formulando votos a Deus pela felicidade pessoal de V. Excia. e de vosso governo.

De V. Excia., Menor criada, muito grata,

N.P.O.

(Arquivo Nacional, Presidência da República, Série 17 - Ministérios. Lata 194, 1940)

Saiba Mais - Bibliografia

COHN, Amélia. *Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e Direitos Sociais*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2012.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

- [Publicar no Facebook](#)

1